



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 1



Balço em 31 de Dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1.947.474,50	1.982.268,70
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de Investimento			
Activos intangíveis	6	11.399,36	24.099,41
Investimentos Financeiros	16.1	5.504,94	4.380,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		1.964.378,80	2.010.749,09
Activo corrente			
Inventários	8	63.077,19	50.782,76
Clientes	16.2	324.811,75	329.339,54
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	16.8	265,53	
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	16.3	2.364,50	31.607,30
Diferimentos	16.4	3.089,72	5.821,48
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	16.5	1.141.083,41	1.049.426,45
		1.534.692,10	1.466.977,53
Total do activo		3.499.070,90	3.477.726,62
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		381.117,35	381.117,35
Excedentes técnicos			
Reservas		880.799,26	880.799,26
Resultados transitados		1.415.660,98	1.117.498,97
Excedentes de revalorização		206.256,04	206.256,04
Outras variações nos fundos patrimoniais		177.507,93	180.928,80
	16.6	3.061.341,56	2.766.600,42
Resultado líquido do período		133.863,92	298.162,01
Total do fundo de capital		3.195.205,48	3.064.762,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	16.9		
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores	16.7	179.480,54	229.274,30
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	16.8	43.488,62	57.832,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	16.9		14.410,33
Diferimentos			
Outras contas a pagar	16.10	80.896,26	111.446,66
Outros passivos financeiros			
		303.865,42	412.964,19
Total do passivo		303.865,42	412.964,19
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.499.070,90	3.477.726,62



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 2



Demonstração de Resultados por Naturezas

em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	1.857.209,37	1.774.433,25
Subsídios, doações e legados à exploração	9,11,16.11	366.588,77	361.423,12
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-1.170.996,89	-969.330,71
Fornecimentos e serviços externos	16.12	-267.585,04	-262.690,26
Gastos com o pessoal	14	-567.870,59	-519.327,14
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16.2	-6,34	684,89
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	9,16.13	62.744,07	55.632,04
Outros gastos	16.14	-27.019,04	-21.298,91
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		253.064,31	419.526,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	-104.703,11	-107.558,02
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		148.361,20	311.968,26
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	9,16.15	177,88	91,58
Gastos de Financiamento	16.15	-10.064,98	-9.522,93
Resultado antes de impostos		138.474,10	302.536,91
Imposto sobre o rendimento do período	13	-4.610,18	-4.374,90
Resultado líquido do período		133.863,92	298.162,01

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		2021	2020
Existências Iniciais			
Mercadorias		41.379,87	39.350,74
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		9.402,89	5.329,48
Compras		1.176.566,32	975.433,25
Mercadorias		1.138.703,50	939.426,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		37.862,82	36.007,11
Existências Finais		56.352,19	50.782,76
Mercadorias		47.701,96	41.379,87
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		8.650,23	9.402,89
Reclassificação e regularização de inventários e activos biológicos		0,00	0,00
Custo do período	8	1.170.996,89	969.330,71



Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1. Identificação da Entidade

A CASA DO POVO DE VALONGO DO VOUGA – Instituição de Utilidade Pública sem fins lucrativos, equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 8 - 1ª Série de 11 de Janeiro de 1982, com sede na Rua da Casa do Povo, n.º. 2 - Arrancada do Vouga – 3750-810 Valongo do Vouga. Tem como atividades, para que possa prosseguir os seus fins:

- Respostas Sociais:
 - Creche;
 - ATL;
 - Centro de Convívio;
 - Transporte de Idosos
- Atividades Culturais:
 - Rancho Infantil e Juvenil;
 - Teatro;
 - Outras;
- Atividades de Apoios à Comunidade:
 - Elétrica;
 - Armazém Agrícola;
 - Lavandaria;
 - Centro de Explicações;
 - Atividades de Enriquecimento Curricular;
 - Andebol;
 - Ginástica.

2 . Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 20 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).



3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra em abaixo:

Edifícios e outras construções: 50 Anos

Edificações ligeiras: 10 anos

Equipamento básico: 6 Anos

Equipamento de transporte: 4 Anos

Equipamento administrativo: 6 Anos

Equipamento informático: 3 Anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.



As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Outros activos Fixos Intangíveis: 5 anos

Programas de Computador: 3 Anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados, e não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resultar numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 7

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são apresentadas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

○

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de acontecimentos passados e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

4. As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
5. As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 9

- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. A Valência Armazém Agrícola é a única sujeita a esta taxa de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 10

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01/01/2021	Aquisições/ Dotações	Abates/ Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e Recursos Naturais	310.438,71	500,00				310.938,71
Edifícios e Outras Construções	2.250.579,67	0,00				2.250.579,67
Equipamento Básico	1.828.028,93	15.608,40				1.843.637,33
Equipamento de Transporte	240.428,28	0,00	0,00			240.428,28
Equipamento Biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento Administrativo	139.318,36	16.100,42				155.418,78
Outros Ativos fixos Tangíveis	429.275,82	9.480,74				438.756,56
Investimentos em Curso	0,00	15.519,30				15.519,30
Total	5.198.069,77	57.208,86	0,00	0,00	0,00	5.255.278,63
Depreciações						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00				0,00
Edifícios e Outras Construções	848.218,64	42.325,44				890.544,08
Equipamento Básico	1.773.219,29	13.318,06				1.786.537,35
Equipamento de Transporte	201.512,82	14.366,83	0,00			215.879,65
Equipamento Biológico	0,00	0,00				0,00
Equipamento Administrativo	133.425,51	4.136,90				137.562,41
Outros Ativos fixos Tangíveis	259.424,81	17.855,83				277.280,64
Total	3.215.801,07	92.003,06	0,00	0,00	0,00	3.307.804,13
Quantia Escriturada	1.982.268,70					1.947.474,50



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 11

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis	Saldo em 01/01/2021	Aquisições/Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Goodwill	0,00	0,00				0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00				0,00
Programas de Computador	185.086,68	0,00				185.086,68
Propriedade Industrial	0,00	0,00				0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00				0,00
Total	185.086,68	0,00	0,00	0,00	0,00	185.086,68
	Amortizações					
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	160.987,27	12.700,05				173.687,32
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos Intangíveis	0,00					0,00
Total	160.987,27	12.700,05	0,00	0,00	0,00	173.687,32
Quantia Escriturada	24.099,41	0,00	0,00	0,00	0,00	11.399,36

7. Locações

Não aplicável.

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários	Inventário em 01/01/2021	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário em 31/12/2021	Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
Mercadorias	41.379,87	1.138.703,50		47.701,96	1.132.381,41
Matérias Primas Sub. e de consumo	9.402,89	37.862,82		8.650,23	38.615,48
Produtos Acabados e Intermédios		0,00			0,00
Produtos e Trabalhos em Curso		0,00			0,00
Sucatas		0,00			0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	6.725,00		6.725,00	0,00
Total	50.782,76	1.183.291,32	0,00	63.077,19	1.170.996,89

De referir que os valores das rubricas de "Inventários" desdobram-se da seguinte forma em 2021:

- **Mercadorias-Armazém Agrícola: 47.701,96 €;**
- **Matérias Primas-Elétrica: 8.229,80 €;**
- **Géneros Alimentícios: 420,43 €.**



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 12

9. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rédito	2021	2020
Vendas	1.605.742,20	1.558.805,88
Armazém	254.525,87	244.545,81
Elétrica	1.351.216,33	1.314.260,07
Prestação de Serviços	251.467,17	215.627,37
Quotas de utilizadores, matrículas e mensalidades	157.135,94	125.530,11
Taxa Audiovisual	62.166,15	61.327,70
Serviços Elétrica	22.907,13	19.437,36
Serviços de Lavandaria	9.257,95	9.332,20
Serviços Secundários	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	366.588,77	361.423,12
Instituto da Segurança Social	269.210,80	256.355,80
Câmara Municipal de Águeda	13.619,84	25.608,57
S.Social, IEFP e C.M.Águeda - Covid-19	67.691,42	62.615,54
I.E.F.P	12.920,71	16.187,28
Outras Entidades	3.146,00	655,93
Outros Rendimentos	62.744,07	55.632,04
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	6,16	57,60
Tarifas e Serviços Sociais	35.339,83	24.713,63
Correções Exercícios Anteriores	0,00	51,25
Imputação de subsídios ao investimento	4.672,76	11.485,17
Quotas Sócios	6.532,75	6.161,50
Taxas por pagamento fora prazo elétrica	7.937,02	6.190,62
Bilheteira Festival Marionetas e Outros Eventos	0,00	0,00
Outros	8.255,55	6.972,27
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	155,26	90,79
Total	2.286.697,47	2.191.579,20

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios do Governo e apoios do Governo	2021	2020
Subsídios do Governo		
Instituto da Segurança Social	269.210,80	256.355,80
Câmara Municipal de Águeda	13.619,84	25.608,57
Apoios do Governo		
Instituto da Segurança Social		
Centro de Emprego de Águeda	12.920,71	16.187,28
Total	295.751,35	298.151,65



12. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

13. Imposto sobre o Rendimento

Foi estimado o montante de 4.610,18 €, referente á valência armazém agrícola, única sujeita a IRC.

14. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2021 e 2020, foram, respetivamente, 16 em cada ano, conforme previsto nos estatutos da entidade.

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 40 e em 31/12/2021 foi de 41.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados	2021	2020
Remuneração aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remuneração ao Pessoal	414.643,22	384.310,10
Horas Extras	9.954,01	8.808,37
Prémios de turnos e Bolsas	5.092,58	7.121,69
Diuturnidades	8.647,81	7.411,85
Retroativos	35,00	0,00
Encargos sobre Remunerações	90.940,48	77.884,69
Seguros de Acidentes de Trabalho	8.062,28	5.134,47
Subsídios de Alimentação	24.231,10	25.023,45
Outros Gastos com o Pessoal	6.264,11	3.632,52
Total	567.870,59	519.327,14

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 14

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

16.1 Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	Saldo em 01/01/2021	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Ações	1.798,80				1.798,80
Fundos Compensação Trabalho	2.582,18				3.706,14
Total	4.380,98	0,00	0,00	0,00	5.504,94
Amortizações/Imparidades					
Ações	0,00				0,00
Fundos Compens.Trabalho	0,00				0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia Escriturada	4.380,98	0,00	0,00	0,00	5.504,94

16.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Clientes e Utentes	2021			2020
	Valor Histórico	Imparidades Ac	Valor Líquido	
Clientes e Utentes c/corrente:				
Clientes Elétrica	304.016,52		304.016,52	313.096,85
Clientes Armazém Agrícola e Lavandaria	2.348,78		2.348,78	3.089,12
Utentes	18.446,45		18.446,45	13.153,57
Clientes e Utentes de Cobrança Duvidosa:			0,00	0,00
Clientes Elétrica	22.694,59	22.694,59	0,00	0,00
Clientes Armazém Agrícola e Lavandaria	2.277,48	2.277,48	0,00	0,00
Utentes	565,07	565,07	0,00	0,00
Total	350.348,89	25.537,14	324.811,75	329.339,54

Os saldos de clientes tinham a seguinte antiguidade:

Clientes e Utentes (antiguidade de saldos)	<30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>90 dias
Clientes e Utentes c/corrente:				
Clientes Elétrica	175.755,92	34.479,88	20.867,37	72.913,35
Clientes Armazém Agrícola e Lavandaria	1.082,85	367,63	352,45	545,85
Mecenas	0,00	0,00	0,00	0,00
Utentes	1.603,04	1.487,68	1.712,84	13.642,89
Total	178.441,81	36.335,19	22.932,66	87.102,09

Foram reconhecidas as seguintes imparidades e/ou Reversões:

Imparidades devidas a receber (perdas/reversões)	2021	2020
Imparidades Creche	0,00	209,90
Imparidades ATL	0,00	0,00
Imparidades Armazém	0,00	0,00
Imparidades Elétrica	6,34	0,00
Reversões Creche	0,00	0,00
Reversões ATL	0,00	0,00
Reversões Armazém	0,00	0,00
Reversões Elétrica	0,00	894,79
Total	6,34	-684,89



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 15

16.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Outras Contas a Receber	2021	2020
Devedores por acréscimo de rendimentos	579,76	28.508,99
Outros Devedores	1.784,74	3.098,31
Fornecedores	0,00	0,00
Total	2.364,50	31.607,30

16.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2021	2020
Gastos a Reconhecer:		0,00
Seguros	3.089,72	5.821,48
Total	3.089,72	5.821,48
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
	0,00	0,00
Total	3.089,72	5.821,48

16.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos Bancários	2021	2020
Caixa	1.346,76	1.599,42
Depósitos à Ordem	882.989,45	791.141,97
Depósitos a Prazo	256.747,20	256.685,06
Total	1.141.083,41	1.049.426,45

16.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31/12/2021
Fundos	381.117,35	0,00	0,00	381.117,35
Excedentes Técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas Livres	880.799,26	0,00	0,00	880.799,26
Resultados Transitados	1.117.498,97	298.162,01	0,00	1.415.660,98
Excedentes de Revalorização	206.256,04	0,00	0,00	206.256,04
Outras Variações nos F.Patrimoniais	180.928,80	0,00	3.420,87	177.507,93
Total	2.766.600,42	298.162,01	3.420,87	3.061.341,56



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 16

16.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2021	2020
Fornecedores c/c	179.480,54	229.274,30
Fornecedores titulos a pagar		
Fornecedores faturas em receção e conferência		
Total	179.480,54	229.274,30

16.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	2021	2020
Ativo		
IRS	0	0,00
IVA	265,53	
Outros Impostos e Taxas		
Total	265,53	0,00
Passivo		
IRC	4.610,18	4.374,90
IRS	5.582,78	3.758,31
IVA	11.819,40	30.939,78
Segurança Social	20.288,75	17.556,50
Outros Impostos e Taxas	1.187,51	1.203,41
Total	43.488,62	57.832,90

16.9 Financiamentos Obtidos:

O saldo da rubrica de "Financiamentos Obtidos" é discriminado da seguinte forma:

Financiamentos Obtidos	2021	2020
Passivo Corrente:		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Águeda	0,00	14.410,33
Total	0,00	14.410,33
Passivo Não Corrente:		
Caixa Crédito Agrícola Mútuo de Águeda	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Este quadro espelha o valor em dívida referente ao financiamento contratado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Águeda no montante de 750.000 €, destinado a apoiar a construção da Creche, tendo sido utilizado o valor de 725.000 €. No ano em análise o saldo é zero, dado que este financiamento terminou em março de 2021.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 17

16.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Outras Contas a Pagar	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Pessoal-Remunerações a Pagar	0,00	338,21		243,74
Credores por acréscimos de Gastos:				
Seguros	0,00	0,00		0,00
Encargos com férias	0,00	75.829,32		66.505,54
Eletricidade	0,00	1.868,26		40.020,59
Outros Acréscimos	0,00	2.405,92		1.079,16
Outros Credores	0,00	454,55		3.597,63
	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00		0,00
Total	0,00	80.896,26	0,00	111.446,66

16.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios doações, heranças e legados:

Subsídios, doações e legados à exploração	2021	2020
Subsídios de Outras Entidades	366.588,77	361.423,12
Doações		
Heranças		
Legados		
Total	366.588,77	361.423,12

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 18

16.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2021	2020
Trabalhos Especializados	45.133,90	44.275,10
Publicidade e Propaganda	196,80	150,00
Vigilância e Segurança	696,28	952,29
Honorários	53.570,19	46.635,52
Conservação e Reparação	20.600,25	19.918,39
Serviços Bancários	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	1.501,59	1.110,78
Livros e Documentação Técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	3.834,00	5.134,51
Artigos para Ofertas	0,00	0,00
Material Didático	6.108,87	3.490,08
Outros Materiais	3.305,40	13.997,72
Eletricidade	22.246,29	26.220,72
Combustíveis	4.450,33	2.363,20
Água	5.543,88	5.294,70
Outros Fluidos	4.170,21	3.528,90
Deslocações e Estadias	5.412,60	6.386,02
Transportes de pessoal	0,00	0,00
Rendas e Aluguers	231,74	224,36
Comunicação	7.796,85	6.168,38
Seguros	6.719,30	4.677,42
Contencioso e Notariado	1.292,61	473,20
Despesas de Representação	2.131,00	2.513,78
Limpeza, Higiene e Conforto	6.366,78	5.865,21
Taxa Audiovisual	60.535,80	61.379,85
Outros Serviços (a)	5.740,37	1.930,13
Total	267.585,04	262.690,26
Outros Serviços: (a)	5.740,37	1.930,13
Andebol: Inscrições na Federação e Associação	4.161,00	14,50
Andebol: Arbitragens	865,78	345,29
Andebol: Medicamentos, fisioterapia e gastos similares	547,91	437,00
Outros Serviços Diversos	165,68	1.133,34



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 19

16.13 Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Rendimentos	2021	2020
Descontos de pronto pagamento obtidos	6,16	57,60
Tarifas e serviços sociais - elétrica	35.339,83	24.713,63
Correções de exercícios anteriores	0,00	51,25
Imputação de subsídios ao investimento	4.672,76	11.485,17
Quotas Elétrica	6.532,75	6.161,50
Taxas por pagamento fora de prazo - elétrica	7.937,02	6.190,62
Bilheteira Festival Marionetas e Outros Eventos	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos diversos	8.255,55	6.972,27
Total	62.744,07	55.632,04

16.14 Outros Gastos

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Gastos	2021	2020
Impostos	2.619,37	2.444,78
Correções de exercícios anteriores	12.028,61	201,13
Donativos	4.955,37	7.951,60
Sinistros elétricos com terceiros	0,00	0,00
Sinistros com atletas do Andebol	0,00	200,00
Festival de Folclore	0,00	0,00
Festival de Marionetas	0,00	0,00
Torneios Andebol	355,00	1.505,00
Outros gastos diversos	7.060,69	8.996,40
Total	27.019,04	21.298,91

16.15 Resultados Financeiros

Foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados Financeiros	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	177,88	91,58
Total	177,88	91,58
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	85,36	809,77
Outros gastos de financiamento (comissões bancárias)	9.979,62	8.713,16
Total	10.064,98	9.522,93



RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2021

Página 20

16.16 Acontecimentos após data de Balanço

Em março de 2020, foi declarado pela Organização Mundial da Saúde uma pandemia à escala global denominada por COVID19. Um pouco antes, mas mais fortemente após essa data, o Mundo como o conhecíamos mudou radicalmente, sofrendo em termos sociais e económicos, efeitos devastadores.

Em sequência desta calamidade, o Presidente da República Portuguesa, declarou o Estado de Emergência, por um período de 15 dias, iniciado no dia 19 de março de 2020, tendo sido prorrogado por mais 2 períodos iguais, terminando no dia 02 de maio de 2020.

Tal medida foi acompanhada de decisões inéditas na história contemporânea portuguesa, nomeadamente o encerramento de Escolas, Creches, ATL, e outras atividades similares bem como um sem número de outros estabelecimentos, obrigando ao confinamento de milhões de portugueses.

Em consequência destas medidas a Direção da Instituição decidiu recorrer ao mecanismo de Lay Off "simplificado" em 01/04/2020, tendo sido abrangido todo o pessoal da Creche, do ATL e Centro de Convívio, ou seja, 27 colaboradoras, para minimizar o impacto económico destas decisões oficiais.

Em janeiro de 2021, face ao aumento muito acentuado do número de casos Covid-19, houve a necessidade de o país entrar, novamente, em estado de emergência e, consequentemente, num confinamento muito idêntico ao ocorrido em março de 2020, forçando-nos ao encerramento das escolas, creches, ATL e outros estabelecimentos, o que nos obrigou a recorrer ao mecanismo de Lay Off "simplificado" em 22/01/2021, tendo sido abrangidas 29 colaboradoras das valências afetadas.

Em dezembro de 2021, face ao acentuado aumento de casos Covid-19, o governo decretou o alargamento da pausa de férias de natal, tendo estado encerradas as escolas, creches e ATL no período de 27.12.2021 a 9.01.2022, o que nos obrigou, novamente, a recorrer ao mecanismo Lay Off "simplificado".

Por força do impacto provocado pela pandemia na atividade da Instituição, as demonstrações financeiras evidenciam resultados atípicos, não tendo colocado em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

Assim, apesar dos impactos (ou potenciais impactos) decorrentes do aparecimento da pandemia COVID-19, reafirmamos, que o pressuposto da continuidade, utilizado na preparação das demonstrações financeiras, se mantém apropriado.

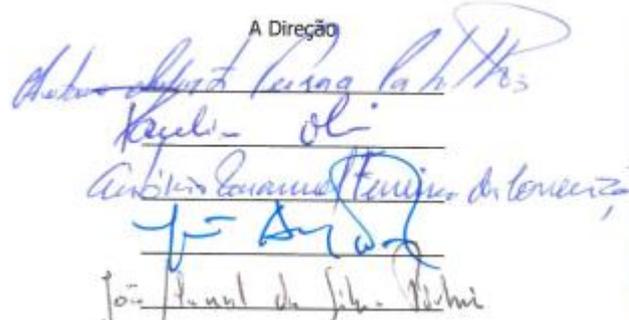
De acordo com as normas contabilísticas, este evento foi considerado pela Direção como um evento subsequente não ajustável.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 16 de março de 2022.

Arrancada do Vouga, 16 de março de 2022

O Contabilista Certificado


A Direção

A Direção

João Manuel da Silva Ribeiro